

## PLANO DE ENSINO

### I. IDENTIFICAÇÃO

<b>Curso:</b> Administração Pública			
<b>Departamento:</b> Departamento de Administração Pública			
<b>Disciplina:</b> Desenvolvimento Comunitário e Poder Local			<b>Código:</b> 72DESCP
<b>Carga horária:</b> 36 horas	<b>Período letivo:</b> 2022/2	<b>Termo:</b> 7º	<b>Turno:</b> Noturno
<b>Professor:</b> Julia Viezzer Baretta			
<b>Contato:</b> juliaviezzer@hotmail.com			

### II. EMENTA

Desenvolvimento comunitário (definições, evolução histórica). As teorias de desenvolvimento comunitário e local. Movimentos sociais. A relação comunidade, movimentos sociais e sociedade. O poder local. Os processos de desenvolvimento comunitário. Metodologias para fomentar, articular a participação e poder local. Experiências em: gestão pública e desenvolvimento comunitário; gestão pública e poder local.

### III. OBJETIVOS

**GERAL:** Analisar os elementos dos processos de desenvolvimento comunitário e de poder local em diferentes contextos, considerando a perspectiva dos atores sociais envolvidos.

**ESPECÍFICOS:**

- Compreender as abordagens teórico-conceituais relativas à comunidade, ao desenvolvimento comunitário e ao poder local;
- Identificar os diferentes atores e papéis na promoção de desenvolvimento comunitário e no exercício do poder local;
- Verificar as mudanças, os desafios e as tendências contemporâneas que produzem efeitos sobre as formas tradicionais e sobre as formas inovadoras de articulação com as comunidades;
- Avaliar as experiências, metodologias e instrumentos para o desenvolvimento comunitário;
- Compreender o desenvolvimento de desenvolvimento comunitário em experiências empíricas;

### IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### 1 Base teórica, conceitual de desenvolvimento comunitário e poder local

- Administração pública, governança pública, desenvolvimento comunitário, poder local;
- Cidadania, comunidade, capital social, participação, voluntariado, ação coletiva e sociedade civil;
- Desenvolvimento comunitário, coprodução do bem público e gestão social. Mudanças, desafios e tendências contemporâneas e seus efeitos nas formas tradicionais e inovadoras de articulação comunitária.

#### 2 Processos e Metodologias

- Processos de desenvolvimento comunitário e de poder local;
- Metodologias de atuação em comunidades;
- Diferentes atores e seus papéis nos processos de desenvolvimento comunitário e de poder local;

#### 3 Práticas, experiências e estudos de caso de desenvolvimento comunitário e poder local

- Iniciativas de desenvolvimento comunitário e poder local, entre elas: empreendedorismo social, bancos comunitários e moeda social, economia solidária e bancos comunitários; programas governamentais e de agências multilaterais para o desenvolvimento;

## V. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, dialogadas e interativas, com utilização de instrumentos de multimídia e materiais impressos.

Realização de estudos de casos em grupo para análises, diagnósticos e discussões dirigidas, com foco em temas e problemáticas atuais correlacionadas ao tema do desenvolvimento comunitário e poder local.

Documentários e atividades de discussão referente ao desenvolvimento comunitário.

Realização de dinâmicas e atividades em sala e utilização de recursos e ferramentas virtuais, dinâmicas, trabalhos em equipe e produção textual individual para fixação de conteúdo e avaliação.

## VI. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Prova 01	<b>25%</b>
Prova 02	<b>25%</b>
Trabalho Final	<b>30%</b>
Participação e atividades	<b>20%</b>

- **Provas:** As provas serão realizadas de maneira individual, presencial e sem consulta, Conforme datas informadas no início do semestre.
- **Trabalho final:** Consiste na entrega de um vídeo, que deverá ser apresentado em sala de aula, acerca de uma iniciativa de promoção de desenvolvimento comunitário e a relação com os conceitos estudados na disciplina;
- **Participação e Atividades:** Esta nota será composta pela avaliação dos critérios de participação (frequência, participação em sala de aula, realização de leituras) somada as notas das atividades/tarefas realizadas ao longo do semestre;

**IMPORTANTE:** Em avaliações realizadas por escrito: lógica na escrita, clareza conceitual, correta ortografia e cumprimento às normas de elaboração da (ABNT).

Propõe-se estabelecer um ambiente de respeito, privilegiando o bom relacionamento interpessoal entre todos os envolvidos na disciplina. Para tanto, são requisitos fundamentais demonstrar maturidade e postura ética, de responsabilidade e compromisso com a própria aprendizagem.

**Cumprir os prazos determinados para entrega de trabalhos.**

Avaliações nas quais se constatarem **evidência de cópias de outros trabalhos, livros ou da internet, sem a devida e correta menção às fontes, serão desconsiderados e não poderão ser refeitos.**

**Resolução nº 018/2004-CONSEPE, referente à realização de provas de segunda chamada:**

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

- I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
- II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
- III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;
- IV - manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;
- V - luto, comprovado pelo respectivo atestado de óbito, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuge ou companheiro(a);
- VI - convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;
- VII - impedimentos gerados por atividades previstas e autorizadas pela coordenação do respectivo curso ou instância hierárquica superior;
- VIII - direitos outorgados por lei;
- IX - coincidência de horários de exames finais, fixados por edital próprio;
- X - convocação para competições oficiais representando a UDESC, o Município, o Estado ou o País.

## VII. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

BRASIL. **Plano Diretor Participativo**. Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. Disponível em: [https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/181/Livro\\_Plano\\_Diretor\\_GUIA\\_DE\\_ELABORACAO.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/181/Livro_Plano_Diretor_GUIA_DE_ELABORACAO.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

DOWBOR, Ladislau. O que é poder local? Imperatriz, MA: Ética, 2016. Disponível em: [http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/Dowbor\\_Poder-Local-portal.pdf](http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/Dowbor_Poder-Local-portal.pdf)

SCHMIDT, J. P.; HELFER, I.; BORBA, A. P. A. **Comunidade e comunitarismo**: temas em debate. Curitiba: Multideia, 2013.

NEUMANN, L. T. V.; NEUMANN, R. A. **Desenvolvimento comunitário baseado em talentos e recursos locais - ABCD**. São Paulo: Global 2004.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SCHOMMER, Paula Chies. Desenvolvimento local: reconfiguração de papéis e governança para a coprodução do bem público. In: Ecosistema do desenvolvimento local no Brasil: diálogos sobre a relação e o papel do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada. São Paulo: ICE, GIFE, IBRF, FGV, 2013. Pg. 20-31. Disponível em: [http://gife.issuelab.org/resource/ecossistema do desenvolvimento local no brasil dialogos sobre a re lacao e o papel\\_do\\_governo da iniciativa privada e da sociedade civil\\_organizada](http://gife.issuelab.org/resource/ecossistema-do-desenvolvimento-local-no-brasil-dialogos-sobre-a-relacao-e-o-papel-do-governo-da-iniciativa-privada-e-da-sociedade-civil-organizada)

### COMPLEMENTAR

ABREU, Natália Berns; SCHOMMER, Paula Chies. Controle Social, um Árduo e Significativo Processo de Aprendizagem: a Experiência do Centro Cultural Escrava Anastácia. Revista NAU Social, v.7, n.12, p. 37-53, maio/nov. 2016.

ALVES, Mário Aquino. Empresas, sociedade civil e desenvolvimento local. In: Ecosistema do desenvolvimento local no Brasil: diálogos sobre a relação e o papel do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada. São Paulo: ICE, GIFE, IBRF, FGV. Pg. 14-19. Disponível em: [http://gife.issuelab.org/resource/ecossistema do desenvolvimento local no brasil dialogos sobre a re lacao e o papel\\_do\\_governo da iniciativa privada e da sociedade civil\\_organizada](http://gife.issuelab.org/resource/ecossistema-do-desenvolvimento-local-no-brasil-dialogos-sobre-a-relacao-e-o-papel-do-governo-da-iniciativa-privada-e-da-sociedade-civil-organizada)

KAUFMAN, Dora. A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ciberespaço. Galaxia (São Paulo online), n.23, p.207-218, jun. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/5336/7580>

LOPES, G. B. B.. Notas sobre a evolução dos planos diretores em Florianópolis. **Cadernos Geográficos**, n.34, p.394-406, 2015. Disponível em: <https://cadernosgeograficos.paginas.ufsc.br/files/2016/07/CG-34-1.pdf>